



Campanha Salarial 2024:

Continua o impasse na Campanha Salarial, enquanto direções sindicais postergam a discussão e a organização de uma greve nacional do funcionalismo

Entre o final de julho e todo o mês de agosto, sobraram os adjetivos negativos para caracterizar as últimas reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). As direções do FONASEFE (que incluem a de nosso sindicado, o ANDES-SN) e do FONACATE se mostraram “preocupadas”, “indignadas”, “frustradas”, diante da postura do governo federal em apontar que não apresentaria proposta quanto ao reajuste do funcionalismo público, na 4ª rodada de “negociação”. Além disso, com a apresentação da LDO para 2024, soube-se que apenas R\$ 1,5 bilhão a mais estava reservada para a rubrica de gastos com o funcionalismo, o que significa uma possibilidade de reajuste inferior a 1% para o próximo ano (estima-se que seja necessário, ao menos, R\$ 3,5 bilhões para 1% de reajuste a todo o funcionalismo federal).

A “decepção” das direções sindicais reflete a política de conciliação com o governo, desde quando iniciou o seu mandato. Aliás, é anterior: as direções, mesmo sem a decisão das bases, como no caso do ANDES-SN, chamaram o voto na chapa Lula/Alckmin, tomaram a sua vitória como uma “vitória dos trabalhadores”, e, desde a posse, acreditam no “diálogo” com mais este governo burguês. Com isso, postergam a organização, a mobilização, e a defesa de uma greve nacional de todo o funcionalismo, para impor as reivindicações gerais e particulares.

O ANDES-SN e o SINASEFE, que compõem o FONASEFE, realizaram uma reunião setorial com o governo em 04 de setembro, a partir da demanda apresentada em carta enviada ao MEC, em 28 de agosto. Na carta, a direção reafirma “onze pontos programáticos em defesa da educação pública”, entre os quais destacamos a defesa da revogação da EC 95, a PEC do Teto (que logo

será substituída pelo Arcabouço Fiscal do atual governo), a defesa da revogação dos reitores impostos por Bolsonaro, a defesa da revogação do Ensino Médio e a BNC-Formação, e a defesa da revogação das últimas Reformas previdenciárias. Ademais, elenca entre os argumentos o fato de que o orçamento atual da Educação é o mesmo de dez anos atrás, mostrando o sucateamento de que são vítimas a Educação e a Ciência no país. Sem dúvida, pontos importantes para a defesa da educação pública e dos serviços públicos, mas que, sem luta geral dos trabalhadores, em nada avançarão. A reunião do dia 04 de setembro apenas confirmou isso. Os representantes do Ministério da Gestão e Inovação apenas indicaram que as demandas remuneratórias não poderiam ser debatidas, em função da “situação orçamentária”, já que têm “impacto financeiro”. Sequer um calendário de novas reuniões foi apresentado pelo governo. A direção do ANDES-SN, assim, só reproduz as promessas sobre reivindicações não-remuneratórias, enquanto se “lamenta” pelo governo “postergar” a apresentação de propostas com impacto econômico para a educação e para os trabalhadores da educação.

Na verdade, são as direções sindicais que, de fato, postergam algo. Em vez de convocarem as assembleias para debater a construção de uma greve nacional, seguindo o exemplo do funcionalismo de estados como Paraná e Maranhão, chamam rodadas de assembleias que não têm objeto para debater, porque não há proposta, e convocam “semanas de mobilização”, que não têm como central a paralisação das atividades, os atos de rua e a mobilização unitária com outros setores dos trabalhadores e da juventude.

É preciso romper com a política de colaboração de classe, é preciso organizar uma oposição revolucio-

nária a mais este governo burguês, que, com o Arcabouço Fiscal, a Reforma Tributária, estrangulará os recursos para os serviços sociais, e dará passos para uma contrarreforma administrativa que penalize o funcionalismo público. É, como os governos anteriores, um governo a serviço do grande capital, nacional e internacional, e oposto aos interesses do conjunto dos trabalhadores e da população mais oprimida. Defendemos que as próximas assembleias da Campanha Unificada sejam com paralisação do trabalho, e para organizar a construção da greve nacional. A direção do ANDES-SN pode pressionar o conjunto das demais direções, no interior dos fóruns, ao organizar a greve em sua base. A greve das universidades e institutos federais pode ser o pontapé inicial para a greve do funcionalismo federal, em nível nacional. É preciso apostar nas forças do movimento dos trabalhadores, na luta que se projeta para a sociedade e para a população, e que, com isso, pode pressionar o governo a abrir real negociação. Sem luta, sem mobilização, a negociação é uma farsa!

Por uma verdadeira Campanha Nacional do funcionalismo federal! Por rodadas de assembleias, no mês de setembro, nas universidades e nos institutos federais, que debatam a construção da greve no setor! Levantar as reivindicações salariais, a luta por direitos, por empregos, contra o privatismo e pela derrubada das contrarreformas!

Construir a greve nacional do funcionalismo!

Mais uma greve das universidades estaduais em 2023:
Greve nas universidades estaduais do Maranhão

M

obilizações e greves das estaduais têm ocorrido desde o início do ano.

A greve das estaduais do Paraná, que se estendeu por quase dois meses, e que exigia recomposição salarial de 42%, foi uma amostra do arrocho salarial que atinge o conjunto das universidades e institutos pelo país. Na Bahia, no Ceará, no Rio Grande do Norte, por exemplo, mobilizações e paralisações foram os meios utilizados pelos trabalhadores das universidades, para exigir negociação com os governos estaduais e revelar o tamanho do arrocho salarial.

O problema destes movimentos, quando derrotados, como no caso das estaduais paranaenses, é que ficaram isolados em seus estados, muitas vezes isolados de outros setores do funcionalismo da própria região. Esta situação reflete a política de imobilismo e de colaboração das direções sindicais. Quanto mais isolado e fragmentando um movimento, mais frágil será para combater os governos e os patrões. O que os professores e técnicos das universidades estaduais estão vivendo, os professores e técnicos das federais também o sentem: menos recursos para os orçamentos das instituições de ensino, planos de carreira desestruturados, salários arrochados há mais de uma década, etc. O fato de comparecem os problemas e as reivindicações de forma isolada é determinado pela

política das direções sindicais, e não pela situação objetiva e material das condições enfrentadas.

Assim, a greve, agora, das estaduais do Maranhão, repete as principais demandas e problemas de outros movimentos grevistas. A aprovação da greve na UEMA e na UEMASUL, em 24 de agosto, com a pauta salarial de reajuste de 50,28%, e a luta pela recomposição do orçamento das duas universidades, demonstra que as questões colocadas são as mesmas em todo o país. A diretoria do ANDES-SN divulga o movimento grevista, apoia as seções sindicais locais, mas não usa o exemplo da greve para ampliar o movimento, reunindo o conjunto das universidades estaduais em um único movimento unitário para, paralelamente, construir uma greve geral das universidades municipais, estaduais e federais, que enfrentam os mesmos problemas!

Para que a greve das universidades estaduais do Maranhão seja vitoriosa, é preciso que avance não só para a unidade com o funcionalismo do estado e com outros setores sociais, como o movimento estudantil, mas também coloque a necessidade de expansão do movimento grevista para as demais universidades estaduais, e coloque a necessidade de uma greve geral das universidades públicas.

Existe uma única política em todas as esferas do Estado burguês, ligada à austeridade

fiscal, às leis de responsabilidade que impedem reajuste salarial, efetivação de trabalhadores terceirizados ou contratados precariamente, que impede novos concursos para novas vagas, que impede a recomposição e aumento dos orçamentos das instituições de ensino superior (e básico também). Quebrar esta política burguesa, independente dos governos enfrentados, se de "esquerda" ou de "direita", exige uma ampla unidade do funcionalismo e dos trabalhadores em seu conjunto. Ou seja, exige apoiar-se nos métodos da ação direta (assembleias, passeatas, atos, paralisações e, sobretudo, greve), para colocar os governos contra a parede, e garantir vitórias para os trabalhadores e para os serviços públicos. Esta deve ser a política para a vitória na greve das estaduais do Maranhão: ganhar as ruas com o conjunto do funcionalismo e da população assalariada, em uma luta que paralise o trabalho, garanta a unidade em nível estadual e se projete como parte da luta nacional do funcionalismo e dos trabalhadores, por empregos, salários e direitos.

Pela vitória da greve das universidades estaduais do Maranhão: ganhar as ruas, unir o funcionalismo, projetar a greve nacional do funcionalismo público!